

38º Encontro Anual da ANPOCS  
GT 31 Democracia e Desigualdade

O conceito de reconhecimento e os desafios da teoria  
democrática contemporânea

ou

O que as teorias do reconhecimento têm a dizer sobre  
manifestações de rua no Brasil em 2013.

(primeira versão)

Céli Regina Jardim Pinto-UFRGS

CAXAMBÚ  
Outubro 2014

“Não sei por onde vou,  
Não sei para onde vou  
Sei que não vou por aí!”

José Régio

apresentação

O presente artigo tem como objetivo discutir as teses das teorias do reconhecimento<sup>1</sup> no intuito de avaliar as possibilidades de cada uma delas, para analisar as manifestações de rua ocorridas em junho de 2013 no Brasil. Toda a aproximação analítica de um fenômeno ocorrido em um espaço de um ano e que ainda reverbera nas ruas e nas mídias deve ser feita parcimoniosamente. Seria inclusive adequado afirmar que este tipo de esforço tem maior preocupação em afastar interpretações apressadas e algumas vezes valorativas (otimistas ou pessimistas), apontando, de forma diversa, perspectivas de análise, que permitam mais um acompanhamento dos eventos do que a construção de modelos explicativos. Parte-se da premissa que a teoria dos movimentos sociais e a teoria da representação vista dentro de um espectro maior da teoria democrática não propiciam as melhores ferramentas para eventos com estes que se constituem como não políticos, antipolíticos, não organizados, espontâneos, individualizados.

Os manifestantes que estavam nas ruas podem ser divididos *grosso modo* em dois grandes grupos: o primeiro, minoritário, composto por movimentos com histórias anteriores às manifestações; o segundo, majoritário, composto por uma massa fragmentada de pessoas, que chegaram às ruas sem organização anterior. O primeiro grupo tem sido vastamente trabalhado na literatura sociológica<sup>2</sup>, o segundo, entretanto, é a novidade nos eventos e tem encontrado dificuldade de ser entendido

---

<sup>1</sup> Ao longo do artigo usarei teorias do reconhecimento e não teoria do reconhecimento, por entender que tratarei de pelo menos duas perspectivas teóricas muito distintas: Fraser e Honneth representando uma perspectiva da Teoria Social e Judith Butler como pós-estruturalista desconstrutivista..

<sup>2</sup> Os movimentos sociais desde as últimas décadas do século 20 têm ocupado a literatura sociológica internacional e brasileira com estudos teóricos e empíricos Entre outros ve-se: Cohen & Arato, 1993; , Melucci. 2001; Dagnino, 2000; Gohn 1997, 2008.; Costa 2002.; Scherer-Warren, 1993.

fora das explicações que priorizam a existência de redes sociais.<sup>3</sup> Mesmo estas, explicam como as pessoas chegaram às ruas, mas pouco sobre o próprio fenômeno. Pois é com foco nesta novidade que este artigo vai buscar discutir as teorias do reconhecimento de três autores, Nancy Fraser, Axel Honneth e Judith Butler.

\*\*\*

Em junho de 2013, uma onda de manifestações varreu o Brasil de norte a sul levando centenas de milhares de pessoas às ruas, principalmente nas capitais do sudeste. Tendo como motivação inicial a mobilização do Movimento Passe Livre (MPL)<sup>4</sup> contra as propostas de aumento das tarifas de ônibus anunciadas por algumas prefeituras, as manifestações ocorreram agrupando um conjunto heterogêneo de pessoas, com demandas que variavam de questões muito específicas como “contra a PEC 37”<sup>5</sup> a consignas como “contra tudo que está aí”. Entre os manifestantes havia uma minoria com militância política e em movimentos sociais, outros participavam pela primeira vez de um evento coletivo desta natureza e tinham chegado às ruas por curiosidade, convite de amigos ou colegas. Se há uma característica que primeiro qualifica estas multidões é a diversidade.

Em suma, nos dois grandes grupos identificados, no primeiro estavam o Movimento Passe Livre, uma esquerda radical incluindo partidos, os Black Blocs e suas derivações anarquistas; no segundo a já citada majoritária massa disforme. No discurso de todos é possível encontrar uma constante: o afastamento da política partidária e dos políticos. “Ele não nos representam” era um slogan encontrado em

---

<sup>3</sup> Há exercícios de mapeamento das redes sociais que se interligaram em 2013 muito bem elaborados na página [www.labic.net](http://www.labic.net)

<sup>4</sup> Na página oficial do Movimento Passe Livre, o movimento assim se define: Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada.” Quanto a sua história afirmam: o MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre. mas antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. fatos históricos importantes na origem e na atuação do MPL são a *Revolta do Buzu* (Salvador, 2003) e as *Revoltas da Catraca* (Florianópolis, 2004 e 2005). em 2006 o MPL realizou seu 3º Encontro Nacional, com a participação de mais de 10 cidades brasileiras, na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra]. (<http://saopaulo.mpl.org.br> acessado em 10/06/2014)

<sup>5</sup> A Proposta de Emenda Constitucional 37 tirava do Ministério Público o direito de investigação. O MP fez grande campanha contra a aprovação Nas ruas apareceram cartazes, não artesanais, todos iguais contra a PEC37. Esta demanda e a forma como apareceu nas manifestações diferia muito do que acontecia de modo geral nas ruas, indicando um possível aparelhamento.

todos os grupos. O Movimento pelo Passe Livre, os Black Blocs, grupos anarquistas e militantes da extrema esquerda defendiam a democracia direta e participativa e, portanto, não poderiam sentir-se representados por aquilo que lutavam contra. A grande massa de pessoas que foram para as ruas com cartazes feito a mão<sup>6</sup>, não se identificavam, pelo menos e publicamente, com partidos políticos, tinham uma relação escorregadia com a política, estavam nas ruas pelos motivos mais diversos, mas, contraditoriamente, em suas manifestações não aparecia uma decepção com uma vida política partidária, mas a sua negação, o que tem um sentido distinto, não havia a luta por mudança na política, mas um repetido bordão que a política e os políticos não os representavam. Queriam estar longe de qualquer solução política.

\*\*\*

Após esta breve apresentação dos manifestações de 2013, as próximas páginas tratarão de levantar as principais teses das teorias do reconhecimento como possibilidades para analisar estes eventos a partir de Nancy Fraser, Axel Honneth e Judith Butler. Minha hipótese é que os três autores em suas diferentes propostas oferecem perspectivas promissoras para que se avance na explicação das manifestações, mas são as teses de Butler, que propiciam ferramentas mais apropriadas para analisar os eventos, visto que não parte do pressuposto de um sujeito preexistente e já reconhecido, nem de um porvir pré-constituído e almejado. O momento do sujeito nas manifestações não corresponde aos sujeitos da teoria social, que buscam um porvir, a paridade de representação em Fraser, a boa vida em Honneth.

O artigo está dividido em duas partes, na primeira farei um breve recorrido das teses de Fraser e Honneth apontando suas potencialidades e limites. Minha intervenção nestes autores não pretende repetir o que o que já foi feito com bastante qualidade na extensa

---

<sup>6</sup> Havia cartazes contra a corrupção e contra todos os políticos “somos contra tudo que está aí” era uma frase que se repetia em todas as cidades, “o povo unido não precisa de partido”. A corrupção foi associada às obras para a Copa do Mundo de 2014 e para a Copa das Confederações, que acontecia na mesma época das manifestações. Havia também claras manifestações contra o governo da presidenta Dilma Rousseff em cartazes que diziam: “Dilma nós não acordamos fortes, nós somos fortes” ou “Sai Dilma o povo é o dono do país”. Foram muito presentes cartazes que traziam a letra do hino brasileiro como citações literal, como “verás que um filho teu não foge a luta” ou respondendo a frase “gigante pela própria natureza” com cartazes dizendo “o gigante acordou”. Também havia manifestações claramente de direita como “Não a ditadura comunista no Brasil” ou “Chega de corrupção: intervenção militar já”.

produção<sup>7</sup>, retomarei os pontos que contribuem para o argumento deste artigo e citarei a polêmica na medida em que ela esclarece as diferentes posições dos autores, principalmente no que se refere ao auto reconhecimento ; na segunda parte discutirei as teses de Butler sobre reconhecimento, retomando algumas vezes teses de Fraser e Honneth para tratar de me aproximar de minha hipótese.

### Os protagonistas da polêmica

Nancy Fraser parte de uma crítica ao multiculturalismo, que segundo ela havia desprezado o econômico em função do cultural. Introduce a questão da redistribuição com estatuto diferenciado em relação ao reconhecimento, defendendo que ambos são uma questão de justiça e que não podem ser reduzidos a uma questão psicológica de auto reconhecimento e estima social, como acusa Honneth de fazer-lo. Afirma que “Não se trata de sofrer uma identidade distorcida ou uma subjetividade enfraquecida como resultado de ser depreciado pelos outros. É, ao em vez disto, ser constituído por padrões institucionalizados de valores culturais de forma tal, que previna alguém de participar como par na vida social” (Fraser. 2003, p29.)<sup>8</sup>

Fraser abre com sua definição a possibilidade de reconhecimento sem auto reconhecimento, apoiando sua tese unicamente na questão de justiça. Tal possibilidade só existe porque Fraser separa reconhecimento de redistribuição, mesmo que admita que isto seja uma distinção analítica. Pode-se concordar com a autora no que se refere a redistribuição, no sentido de que pode haver políticas de redistribuição anteriores a lutas por reconhecimento, mas é difícil entender como Fraser pensa que isto possa se realizar, pois uma política redistributiva só se concretizará se houver um processo de reconhecimento, mesmo *a posteriori*, já que se ninguém se auto-reconhecer como pobre, de nada adianta uma política de renda mínima, com a bolsa

---

<sup>7</sup> As teorias de Fraser e Honneth e a polêmica entre os dois gerou uma grande produção de artigos críticos no mundo acadêmico internacional e também no Brasil. Entre eles descato um pequeno número por serem textos atuais e alguns deles terem se tornado referência na área: Gueso 2012; Mendonça 2011,2011a; Garret 2010; Ibañez 2010; Pinto, 2008; Matos 2004; Swanson, 2005; Zurn 2003.

<sup>8</sup> todas as citações deste artigo foram traduzidas pela autora, para uso exclusivo neste trabalho.

Família, para usar um exemplo brasileiro. Soma-se a isto que a tese da redistribuição sem reconhecimento se fragiliza quando Fraser avança para sua proposta de representação paritária, com será visto mais adiante neste texto.

Para fugir do que chama de psicologização, Fraser descarta o conceito de auto-reconhecimento e de certa forma o de indivíduo, adota duas unidades de análise e uma possibilidade de porvir, as unidades de análise são as classes e as identidades, o porvir seria a dissolução destas classes e diferenças contidas nas identidades, em uma proposta muito avizinhada à ideia original de comunismo em Marx. O problema, no entanto, se expressa na medida em que Fraser trabalha sempre com sujeitos já sujeitados, numa perspectiva quase althusseriana ( Althusser,1971), não incorporando o processo de reconhecimento: independente de afro brasileiros lutarem ou não por políticas de cotas, houve sempre antes alguém que identificou a escravidão como injusta e lutou contra ela. Existem sempre lutas anteriores com sujeitos incorporados, que dão condições para o discurso da injustiça. Não há possibilidade de um discurso feminista, se nenhuma mulher no mundo tivesse se sentido dominada. Isto constitui uma impossibilidade lógica. De outra forma, isto não implica que não haja a dominação porque não há luta contra ela, mas tem de haver as condições de emergência da experiência da dominação, para que se construa a noção de justiça como motor das demandas. Em Fraser a noção de justiça está amparada na contraposição a padrões culturais institucionalizados de injustiça.

Aqui uma questão se impõe: Quem se reconheceria como sendo objeto da violação da justiça, dito de outra forma, quais as condições que necessitam ser dadas para que a luta por reconhecimento ou redistribuição aconteça? Fraser não se coloca esta indagação, uma vez que está implícita e explicitamente tratando com identidades pré constituídas, classes, mulheres, negros em luta. São a eles que ela atribui as lutas por reconhecimento, está tratando de identidades, não é por coincidência que o capítulo que abre a famosa polêmica com Honneth tem no seu título “Social justice in the Age of Identity Polític...”(FRASER, 2003)

Ao identificar identidades como problema e não como um evento histórico, Fraser já em seu artigo *Redistribution and Recognition* de 1997, colocava com clareza seu desconforto com as políticas identitárias, lançando as noções de política de afirmação

e política de transformação tanto para questões de distribuição, como de reconhecimento, onde o momento ótimo das políticas de transformação levaria ao socialismo e a desconstrução das identidades. Dois problemas se apresentam nesta construção, o primeiro é que Fraser não tem uma teoria da revolução que dê suporte a sua proposta. Em seu artigo de 2003 aponta a estratégia de uma reforma não reformista e atribui a agência desta reforma a “um bloco contra hegemônico de movimentos sociais” (2003, p86.)<sup>9</sup>. O segundo problema que a proposta de Fraser enfrenta é uma espécie de “novo mundo comunista” onde as desigualdades acabariam junto com as diferenças. Aqui seria necessário buscar suporte em uma forte teoria da democracia, pois, de outra forma, se poderia estar descrevendo um experiência totalitária.<sup>10</sup>

A teoria de Fraser poderia explicar o caso do Movimento Passe Livre como um caso dimensional. A gratuidade das passagens do transporte urbano é uma luta antiga e está ligada a dificuldade que muitos trabalhadores tem no Brasil de pagar o transporte diário. Quando em junho de 2013 os representantes do grupo diziam que estavam lutando por 20 centavos, queriam reafirmar seu compromisso com esta questão econômica. Era uma luta por redistribuição. Mas, por outro lado, o MPL afirmava lutar por uma nova forma de participação política, através da participação direta dos cidadãos, o que permitiria reformas mais profundas.

Nas manifestações de junho/13 há repetidamente marcada a ideia de distância entre quem está se manifestando e quem constitui o corpo da política institucional e neste sentido Fraser tem pouco a contribuir. Este afastamento talvez tenha sido a única questão que uniu todos os que estiveram nas ruas, mas o conteúdo deste afastamento foi muito diversificado. Mesmo quando uma demanda se repete ela aparece dispersa

---

<sup>9</sup> Vale notar quase como curiosidade que Fraser explica o bloco contra hegemônico em uma nota de rodapé. Novamente aqui como não tem uma teoria do conflito ou da revolução, constroi um discurso sem sujeito: “Existem duas formas de conceber tal bloco contrahegemônico. Em um primeiro ( frente unido) cenário, os movimentos componentes agrupam-se para dividir uma estratégia programática integrada única para fazer frente a má distribuição e ao falso reconhecimento (...) Em um segundo cenário (mais descentralizado) eles remanescem relativamente separados e a coordenação é um contínuo processo de sintonia dentro de um fluxo conjunto de movimentos, cada um consciente e cada um pensando duas-dimensionalmente – sobre distribuição e reconhecimento. (nota 102, p 109)

<sup>10</sup> De forma alguma estou indicando que Fraser sugere ou aceitaria uma solução de tipo totalitaria, apenas estou indicando a falta de saídas políticas decorrente de sua proposta.

entre os manifestantes. Não há grupo lutando por um demanda.<sup>11</sup> Os grupo organizados, como o MPL e os BB tinham uma perspectiva política em sua participação no sentido de agirem, violentamente ou não, com uma claro discurso anti democracia representativa, afirmando que ela não funcionava como democracia, lutando por democracia direta, que seria capaz de promover igualdade de participação.<sup>12</sup> Como diria Fraser a democracia representativa não teria condições de assegurar a participação paritária. A luta destes grupo é pelo reconhecimento de um novo tipo de cidadania, que permitiria um participação direta nas decisões sobre a redistribuição.

A teoria de Fraser oferece algumas linhas de explicação para as lutas dos grupos organizados, que são de extração marxista ou anarquista, que estavam nas ruas para negar a democracia representativa politicamente, propondo, mesmo que muito vagamente, um tipo novo de sociedade, Mas suas teses são limitadas para explicar o que houve de novo nas manifestações brasileiras, a massa de pessoas, centenas de milhares que foram às rua não para buscar redistribuição ou lutar por participação paritária na política. Foram às ruas para dizer não a política, para negar a política. A frase repetida muitas vezes “O Brasil é meu partido” ou a lírica do hino nacional, afastava esta massa da política institucional. Certamente eles estavam dizendo com seus cartazes feito em casa alguma coisa, havia um reclamo por reconhecimento, mas parece que Fraser não consegue dar pistas para entender esta massa de não reconhecidos. A imensa maioria era de jovens, universitários de classe média, mas não havia nenhum movimento na direção de luta por algum direto dos jovens. nunca

---

<sup>11</sup> Melo e Pereira comentando as manifestações de 2013 no Brasil são enfáticos em mostrar a dispersão de possíveis demandas: “Que fatores explicam a onda de protestos de junho de 2013 em todo o país, que em uma primeira vista poderiam sugerir níveis significantes de instituições insatisfatórias e com mal funcionamento? Diferente de muitos especialistas, nós defendemos que o problema não é de falha do desenho institucional ou instituições políticas desfuncionais. A recente onda de protestos e espalhadas manifestações no país não resultam nem de democratização insuficiente nem da falta de predefinição política, no sentido que nenhum interesse político está fora ou não é representando no jogo político. (Melo & Pereira, 2013, p.165)

<sup>12</sup> Nossa sociedade é permeada por símbolos. Participar no Black Bloc é usá-los para quebrar preconceitos, não somente o alvo atacado, mas a ideia de vandalismo. Não há violência, mas performance. Eu não me sinto representado pelos partidos. E não sou a favor da democracia representativa, mas da democracia direta. Não é depredação pelo simples prazer de quebrar coisas, mas atacar símbolos que estão representados lá”

(Roberto, Nome fictício em entrevista a revista semanal Carta Capital. 8/08/2013)



o fato de serem jovens foi articulado em um discurso que lutasse por alguma forma de reconhecimento nos termos entendidos por Fraser.<sup>13</sup>

A perspectiva de Fraser da questão do reconhecimento tem uma dimensão fortemente política, a paridade de participação “uma paridade que se estabelece no direito à igualdade de cidadania”. A noção de paridade de participação sofre do mesmo problema da ideia de transformação através do reconhecimento, ou seja a chegada ao socialismo.<sup>14</sup> Da mesma forma que a autora não explica como pensa a chegada ao socialismo não consegue sair de uma armadilha que ela mesma se coloca em relação a paridade participativa, que define como:

“de acordo com esta norma [participação paritária] justiça requer arranjos sociais que permitam todos (adultos) os membros de uma sociedade interagirem com outro como pares. Para a paridade participatória ser possível eu reivindico que duas condições devem ser satisfeitas. Primeiro a distribuição dos recursos deve ser tal que assegure independência e voz aos participante.[...] A segunda condição requer que padrões institucionalizados de valores culturais expressem igual respeito por todos os participantes e assegure igual oportunidade para adquirirem estima social” (2003,p36)

A primeira condição chama de condições objetivas a segunda de intersubjetiva. A questão que não quer calar quando nos deparamos o com a proposta de Fraser é como ela pensa que é possível chegar a preencher estes requisitos em uma sociedade onde a participação paritária não existe. Como estas condições são dadas fora da participação paritária. Por não possuir uma teoria do conflito (ou seria da revolução?) Fraser parece inverter o sentido do processo. A participação paritária deveria ser o resultado das lutas por redistribuição e reconhecimento e não o pré-requisito Não há espaço para o encontro de forças antagônicas capazes de transformar por um processo revolucionário [violento ou não] as condições anteriormente

---

<sup>13</sup> O IBOPE, fez uma pesquisa nacional dia 20 de junho, dia de pico das manifestações e chegou a dados muito significativos sobre quem estava nas ruas. Dos manifestantes 63% tinham entre 14 e 29 anos; 92% tinham o colegial completo, estavam na universidade ou já a haviam concluído; 72% trabalhavam e 52% estudavam, 56% tinham renda familiar entre 2 e 10 salários mínimos e 23% renda familiar acima de 10 salários. Pesquisa IBOPE- 20/06/2013 Disponível em [g1.globo.com](http://g1.globo.com) Acessado em 18/9/2013.

<sup>14</sup> Este tema foi discutido por mim em artigo anterior (2008)

existentes. Salvo, o que não é provável, Fraser mantenha como sujeito oculto uma vanguarda capaz de realizar a mudança em nome dos não paritários.

A teoria do reconhecimento de Honneth se estrutura a partir de três questões: a negação da dualidade redistribuição/reconhecimento; a centralidade no indivíduo e na condição de desrespeito como motor da luta por reconhecimento; a necessidade de uma teoria moral da “boa vida” sem a qual é impossível lutar por justiça. Define sua tese como:

“Minha tese é que uma tentativa de renovar os reclamos compreensivos da Teoria Crítica sob as condições presentes, faz melhor em orientar-se por uma enquadre categorial de uma teoria do reconhecimento suficientemente diferenciada, uma vez que estabelece ligação entre as causas sociais do disperso sentimento de injustiça e os objetivos normativos de movimentos emancipatórios.” (Honneth, 2003, p .113)

Honneth não admite o dualismo, presente em Fraser, afirma que não existe possibilidade de distinguir o material do simbólico. A polêmica entre os dois teóricos é de difícil solução. Fraser fala de hibridismo, advoga uma distinção meramente analítica e tem dificuldade de identificar a luta meramente econômica. Em um certo momento de seu argumento indica a luta de classes como uma luta econômica, mas ao contrário das lutas por reconhecimento não consegue chegar ao exemplo empírico desta luta. Seria a luta sindical uma luta por redistribuição? Ou a luta dos Movimento pela Passe Livre? Em nenhum dos exemplos estamos frente a luta de classes, pelo menos no sentido dado a ela por Marx.

Mesmo admitindo que na luta sindical e na especificidade do MPL haja um momento de pura luta por distribuição ela nunca se expressa sozinha, no caso do Passe Livre aparece a ideia de desrespeito pelos direitos dos trabalhadores ao transporte. Na luta sindical dos professores da rede pública no Brasil por melhores salários e melhores condições de trabalho, por exemplo, existe no discurso, em tem tempo de greve, o princípio do desrespeito ao trabalho de professor, que começa no governo e acaba dentro da sala de aula. As teses do sociólogo alemão parecem que são muito próprias para mostrar que na luta contemporânea (e talvez não somente nelas) não há um

abandono da questão da redistribuição, mas que esta luta sempre esteve ancorada na luta por reconhecimento.

Honneth articula diretamente o reconhecimento ao sentimento de desrespeito vivenciado por classes, grupos e indivíduos. O reconhecimento para o sociólogo alemão passa por três esferas a do amor, a lei e da estima.<sup>15</sup> A primeira está no nível das relações pessoais, a segunda da igualdade perante a lei de todos os cidadãos e o terceira esfera busca o reconhecimento que rompa a hierarquia da escala de valores da sociedade. Com este terceira esfera pretende enfrentar o que indica como uma das base do capitalismo: “Onde a exceção à burguesia as pessoas só tem reconhecimento pelo que conseguem alcançar como cidadãos produtivos”. Para Honneth o indivíduo e sua autonomia são essências para que haja uma luta pelo que chama de boa vida. O reconhecimento quando acontecido nestas três esferas é entendido por ele como “a possibilidade do crescente assegurar da singularidade da própria personalidade em um contexto de aprovação social.”(Honneth, 2003, p 143.)

Fraser critica fortemente Honneth por reduzir todas as lutas em luta por reconhecimento perdendo a especificidade de conceito, afirma que para o sociólogo alemão há um reconhecimento pré-político, que assim descreve:

Longe de constituir genuinamente um ponto de referência iminentemente empírico, sua invocação do sofrimento pré-político serve como pretexto para introduzir uma psicologia moral quase transcendental, que sustenta estabelecer uma vez por todas que o reconhecimento é sempre e em qualquer lugar a única e- suficiente categoria da moralidade” (Fraser, 2003, p207.)

Mendonça percebe com muito precisão a fragilidade da crítica à dimensão psicológica presente nas teses de Honneth: “A dimensão psicológica só pode ser pré política caso se opere com uma visão que concebe os sujeitos como entidades prontas a se encontrarem na cena pública. Do contrário, a própria formação do self (no

---

<sup>15</sup> “Amor”( a ideia central das relações íntima) a igualdade de princípios ( as normas das relações legais) e o princípio de realização ( o padrão da hierarquia social) representam perspectivas normativas com referência a qual sujeitos podem razoavelmente argumentarem que as formas existentes de reconhecimento são inadequadas ou insuficientes e necessitam ser expandidas.”(Honneth. 2003.p.143.)

original) e as relações que a atravessam passam a merecer atenção. (Mendonça. 2012, p.132).

A preocupação empírica pressuposta neste artigo, leva-me a ter especial cuidado com a questão do indivíduo, que é, muitas vezes marcado negativamente na teoria social como uma invenção iluminista, recriado constantemente pelo capitalismo como cidadão, consumidor, contribuinte, corpo a ser dominando. Pensá-lo como um ente desprovido de classe, gênero, sexo, etnia, história enfim seria um erro primário, mas apagá-lo imergindo-o em uma categoria de natureza coletiva, seria um erro da mesma sorte. É com esta perspectiva que as teses de Honneth parecem contribuir para trazer este indivíduo à cena, ao mesmo tempo, autônomo e historicizado. A categoria de auto reconhecimento, neste cenário é fundamental, pois possibilita identificar a massa de injustiçados fora dos movimentos sociais e das identidades forjadas por eles, que segundo Honneth, já teriam um nível de reconhecimento na própria condição de pertencer ou ser incluído no movimento social. Aqui se coloca a questão, já mencionada neste artigo, do sempre já sujeito, que está presente na perspectiva teórica de Fraser. Honneth está atento a esta questão quando afirma que “O erro reside na tácita premissa inicial que “movimentos sociais” podem proporcionar a teoria social crítica um tipo de fio condutor, empiricamente visível, para diagnosticar normativamente áreas de problemas relevantes. O que este procedimento deixa de fora é o fato que a designação oficial de “movimento social” é em si o resultado de uma luta subterrânea por reconhecimento, conduzida por grupos ou pessoas afetados por sofrimento social que fazem o público perceber e registrar seus problemas.”(Honneth, 2003, p. 120.)

A última questão fundamental para Honneth é a reafirmação da própria Teoria Social no sentido de seu compromisso moral com a libertação. Há uma perspectiva moral quando ele associa reconhecimento a um essencial sinal positivo, chegando a falar de um “interesse quase transcendental da raça humana que objetiva dismantelar assimetrias sociais e exclusões”. Para isto retoma seus três princípios de reconhecimento, amor, as normas legais e o princípio das realizações, que promoveriam uma existência de indivíduos interagindo em um mundo de integração social.

O teoria do reconhecimento desenvolvida pela filósofo alemão pode ser vista em relação a Fraser de duas formas: Fraser postula um problema eminentemente político em seu esforço de trazer para superfície o tema da redistribuição e da paridade de participação. Honneth trata de construir uma teoria complexa de reconhecimento, a partir de um princípio moral de justiça. Uma segunda distinção entre as duas teses refere-se ao fato de que Honneth representa um avanço em uma espécie de teoria não declarada do sujeito, o que não tem presença em Fraser. Esta teoria não declarada do sujeito, através do auto reconhecimento em três esferas distintas, abre perspectivas para se examinar a fragmentação de sujeitos manifestantes nas ruas das cidades brasileiras em 2013. É bastante razoável afirmar que se alguma coisa havia naquelas manifestações era uma de luta por reconhecimento, no obstante, muito peculiar, que buscava o reconhecimento como indivíduos não políticos, não identitários e, portanto, reivindicando uma espécie de pureza, se auto identificando como não tocados pelo poder ou pela corrupção.

Uma contribuição interessante a esta questão é o argumento de Jacinta Swanso, que ao criticar o mecanicismo Iris Young e Nancy Fraser em atribuírem posturas determinadas aos oprimidos, ela afirma:

“aqueles que são oprimidos interpretam suas opressões em um larga variedade de formas: ele podem negar que são oprimidos, eles podem justificar suas opressões como natural ou como socialmente benéficas, eles podem ativamente resistirem suas opressões ( embora esta resistência também pode vir de variadas formas) etc. Por estas duas razões, os objetivos políticos e identidades de membros de um mesmo grupo são plausíveis de variar largamente”( Swanson. 2005, p.106.)

Pode-se avançar ainda mais em relação a Swanson admitindo que a luta por reconhecimento não é obrigatoriamente contra a opressão, o sentimento de desrespeito pode mobilizar grupo dominantes em contextos de ameaça de perda de poder. Neste direção Veit Bader em um texto bastante crítico a teoria do reconhecimento de Honneth levanta uma questão que reputo fundamental para dissociar o elemento moral ou mesmo de justiça da teoria do reconhecimento. Bader comenta: “mas as reclamações de falso reconhecimento são particularmente difíceis de avaliar: é muito difícil traçar um linha entre queixas legítimas e ilegítimas porque

elas são pesadamente moldadas por assimetrias de poder. Esta é a causa porque todos os antigos donos de escravos, altas castas, estamentos e classes – em suma, todos os positivamente privilegiados – queixam-se de serem moralmente injuriados, particularmente por não tratados com “o respeito devido” e porque demandas, de identidade-, autenticidade-, e integridade, são tão maleáveis e estrategicamente manipuladas”(Bader, 2007, p.259)

A crítica de Bader abre uma interessante perspectiva que incorporando teoria de reconhecimento de Honneth e suas três esferas permite pensar em lutas por reconhecimentos que não caminhem na direção de justiça ou da moralmente definida vida boa, mas lutas que reforçam os privilégios algumas vezes ameaçados. Neste sentido se pode pensar nas múltiplas lutas por reconhecimento que estavam presentes nas manifestações de 2013, que inclusive caminhavam em sentido contrário uma da outra. Havia os que lutavam para serem reconhecidos como cidadãos com direitos sociais garantidos, ao mesmo tempo havia os que lutavam para serem reconhecidos como indivíduos que estavam sendo prejudicados pelo alargamento de direitos sociais.

#### O reconhecimento no desvio – Judith Butler

Em que Judith Butler avança em relação a Fraser e Honneth como possibilidade de explicação para os eventos de 2014? Começo afirmando que através de Butler se pode perceber e incluir como variável importante na explicação dos eventos a condição de dispersão. A ideia de que “eu não estou aqui em nome de ninguém, não estou representando nenhum partido, nenhum movimento mas estou aqui em meu próprio nome” foi muito forte nos eventos 2013 no Brasil. Este “sujeito indivíduo” clama por reconhecimento de sua individualidade, de sua condição de opositor, seja ao estado, ao governo de plantão, ao capitalismo, aos impostos que paga, a Bolsa Família, aos programas de saúde do governo. Ele é um sujeito que se constitui fora do político na sua maioria, não propõe, não defende ideias, não faz muita diferença se é de esquerda ou direita, esta diferença só é perceptível quando se observa contra o

que grita nas ruas.<sup>16</sup> Manifesta-se contra os políticos, dizendo que eles não o representa, mas não pede outra forma de representação (fora os grupo organizados e minoritários, como os Black Blocs que defendem a democracia direita, mas sem nenhuma liderança nas massas das ruas).

As interpretações das manifestações de 2012 e 2013 tanto as acadêmicas como de políticos estiveram muito distantes do sentido dado as manifestações por quem estava nas ruas. A pouca ou nenhuma repercussão das propostas da presidenta da Republica no Brasil<sup>17</sup>, ou o exagerado entusiasmo de acadêmicos tipo Manuel Castells<sup>18</sup> com os indignados europeus, parece indicar que tanto a política como o sociólogo falavam de um sujeito que não era o sujeito que estava presente nas manifestações.

Butler, em sua crítica a noção de identidade de gênero traz para a discussão questões que possibilitam uma perspectiva de análise dessa questão. Nas primeira páginas de seu livro “problema de Gênero”(2012) Butler referindo-se às mulheres afirma:

“Se alguém “é uma mulher”, isso certamente não é tudo que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços pré-definidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos

---

<sup>16</sup>Este sujeito não é pré-político, mas anti-político.

<sup>17</sup> Entre 20 e 24 de junho a Presidenta Dilma foi duas vezes a televisão para falar em cadeia nacional sobre as manifestações. No dia 21 de julho a Presidenta foi a televisão pela primeira vez, quando as manifestações ainda ocupavam as ruas, nesta oportunidade seu discurso enfatizou três pontos: o direito das pessoas se manifestarem; a necessidade da manutenção da ordem e da não aceitação de qualquer tipo de violência; as ações que o governo tomaria em relação ao transporte e a reforma política. A reforma política surgiu no discurso presidencial como central, no que pese não ter sido mencionada nas ruas, mas estava muito claro que havia um grande distanciamento entre os cidadãos e a política institucional nas repetidas declarações dos manifestantes, de que não tinham nada a ver com os partidos e que nenhum político os representavam. A resposta do governo foi reforçar a importância da política. A Presidenta afirmou: “quero contribuir para a construção de uma ampla e profunda reforma política, que amplie a participação popular. É um equívoco achar que qualquer país possa prescindir de partidos e, sobretudo, do voto popular, base de qualquer processo democrático. Temos de fazer um esforço para que o cidadão tenha mecanismos de controle mais abrangentes sobre os seus representantes.

Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos>. Acessado em 20/11/2013)

<sup>18</sup> Castells encontra nos movimentos de 2011, a semente de um novo projeto político de democracia participativa e de empoderamento popular. Reconhece que são movimentos com demandas muito variadas e, por isso, perdem a possibilidade de construir um foco de luta, mesmo assim, afirma que são movimentos fundamentalmente políticos: “Particularly, when they propose and practice direct, deliberative democracy based on network democracy”(Castells.2012;222.)

históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.”(Butler, 2012, p. 20.)

Na assertiva de Butler gênero pode ser substituído por incontáveis outros sujeitos da modernidade, o que possibilita que se traga para a discussão a distância entre os sujeitos denominados pelos dominantes ou pelos que pretendem sua libertação e o sujeitos concretos em suas vidas cotidianas. Estes sujeitos concretos como que escorre entre os dedos daqueles que querem aprisionar suas identidades. A famosa frase de Marx “que tudo que é sólido se desmancha no ar” é muito apropriada como metáfora para a tese de Butler. Uma crítica que pode ser feita a ela é de que não tem como admitir momentos de articulação de identidades, mas somente sujeitos fragmentados. Mas, não me parece ser isto que advoga Butler e sim uma constante incompletude do sujeito. No mesmo texto, citado anteriormente, Butler se pergunta “É a unidade necessária para a ação política?” e em seguida responde: “Certas formas aceitas de fragmentação podem facilitar a ação, e isso exatamente porque a “unidade “da categoria mulher não é nem pressuposta nem desejada. Não implica a “unidade” uma norma excludente de solidariedade no âmbito da identidade, excluindo a possibilidade de um conjunto de ações que rompam as próprias fronteiras dos conceitos de identidade, ou que busquem precisamente efetuar essa ruptura como um objetivo político explícito?”(36)<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Judith Butler como muitos outros pós-estruturalistas (algumas vezes também chamados de pós-modernos quase como uma ofensa) têm sido acusados de desconstrucionistas, psicologizantes e arautos da fragmentação. Há arautos da fragmentação que a vê como ponto de partida e chegada. Representam o outro lado da mesma moeda das teorias da totalidade.. Entretanto, a percepção que totalidades e identidades quer sejam elas de classe ou gênero, etnia, raça, sexualidade estão sofrendo um processo de esgotamento, quer pelas formas que as lutam tomaram, quer pelo atual momento do capitalismo globalizado e imperialista, é um achado fundamental para se entender as novas configurações das lutas. Isto não implica *a priori* que novas ou velhas identidades não irão se articular ao longo das lutas. Neste sentido as teses de Ernesto Laclau podem ser vista como precursoras deste posicionamento teórico: “A impossibilidade de uma fixação última de significado implica que tem de haver fixações parciais – de outra forma, a reais flutuações de diferenças seria impossível. Mesmo para diferir, subverter significado, tem de haver um significado.”(Laclau. 1985,p 112)



Butler trata de desconstruir identidades, mas não acolhe a ideia de uma fragmentação essencial, ao contrário defende a possibilidade de uma coalizão aberta:<sup>20</sup>

“uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um telos normativo e definidor.”(37)

Quando analisa as identidades instituídas e abandonadas está afirmando a possibilidade de suas existências, ao mesmo tempo, negando um essencialismo, ou seja, a necessidade de sua existência. As diversas leituras que podem ser feitas das manifestações de 2013 no Brasil estão muito ligadas a pluralidade e fragmentação de demandas por reconhecimento que estiveram nas ruas. A realidade dos eventos no Brasil radicaliza a posição de Butler, pois é pouco provável a existência de coalizão, onde em uma mesma manifestação encontra-se usuários do sistema único de saúde demandando mais serviços públicos de qualidade e médicos lutando contra as políticas de deselitização da medicina.

Na introdução do importante livro coletivo “The question of Gender – Joan W. Scott’s Critical Feminism” editado por Butler e Weed (2011) Butler discutindo a crítica de Scott ao conceito de classe trabalhadora em Thompson, aponta para uma questão já muito debatida quando se trata da questão de classe, mas que provoca reações muito acirradas quando o objeto são outras identidades.

“Nós temos de perguntar isto? Através de que meios a classe trabalhadora” emerge como categoria histórica? Se a classe trabalhadora é em si uma emergência histórica específica, e sua chegada como categoria histórica é a consequência de uma certa

---

<sup>20</sup> Iris Young em um texto de 1989 “A Critique of the ideal of Universal Citizenship” defendia a ideia de uma coalizão arco-iris “A forma tradicional de coalizão, grupo diversos trabalham juntos para fins que eles concordam ou que estas lhes afetam de forma similar, e eles geralmente concordam que estas diferenças de perspectivas, interesses, ou opinião entre eles não aflorarão nas manifestações públicas e nas ações da coalizão. Na coalizão arco-iris, em contraste, cada um dos grupos constituintes afirma a presença dos outros e afirma a especificidade de sua experiência e perspectiva nas questões sociais.”(1989, p. 268) *Ethics* Vol 99 n2. January 1998 p. 250-274. A coalizão proposta por Young mantém a identidade de grupos, mas já contém uma clara abertura para a incompletude ou seja, para o espaço do outro, que não permite nenhum dos grupos serem completamente fechados.

mudança no nosso entendimento da história, então a emergência da categoria (ou conceito) é em si uma mudança histórica digna de nota.” (2011 p.17.)

Deste entendimento deriva-se sua noção de agência, que emergiria do processo histórico sem determinações estruturais, o que lhe permite apontar (p.17) para a historicidade de termos como gênero, trabalho e desigualdade. Há momentos na história em que são visíveis sujeitos coletivos em confronto, em luta por direitos, por transformações, mas como eles são históricos nada indica que não haja momentos de muita fragmentação, onde é impossível a constituição de coletividades, ou são momentos de sujeitos coletivos em crise.

As manifestações de 2013 no Brasil evidenciaram um momento de fragmentação das identidades, nenhuma identidade anteriormente construída teve condições de construir um discurso capaz de representar quem pretendia representar ou qualquer outra identidade. Quando os manifestantes, diziam “ninguém me representa” estavam também falando do manifestante ao seu lado. As atitudes violentas contra a presença de bandeiras dos partidos políticos nas manifestações de 2013 no Brasil parece revelar o temor por parte de alguns manifestantes de serem confundidos com os que se sentiam representados naquelas bandeiras.

Tendo isto em mente, é possível afirmar que não havia uma demanda por reconhecimento político, mas que as manifestações de junho de 2013 eram basicamente uma luta por reconhecimento da existência do sujeito que se quer fora da política. Estes manifestantes deixam Fraser e Honneth órfãos, pois ao mesmo tempo que se pode identificar uma luta por reconhecimento, mais próximo inclusive do que Honneth propõe, não há qualquer tipo de articulação que possibilite ver a ideia força de justiça ou de “boa vida” em síntese não existe um porvir pelo qual se luta. Trata-se da luta pelo reconhecimento do outro (o político) como sua negação, de si como a própria a negação do político, a negação da ação pública, há uma espécie de privatização do espaço público: é a luta pelo reconhecimento do indivíduo, particularizado, que nega o interesse público, que nega a coisa pública.

Sem entrar na complexa discussão sobre as possíveis relações entre os movimentos de 2012 na Europa e da chamada Primavera Árabe cabe neste momento, apenas a

guisa de elucidação do argumento que está sendo desenvolvido, citar que há uma distinção interessante a ser observada entre os Indignados da Plaza del Sol na Espanha, alguns momentos da chamada Primavera Árabe em 2012 e as manifestações de 2013 no Brasil. Nas primeiras houve ocupação do espaço das praças e a construção de um “eu” coletivo, de uma coalizão do tipo indicada por Butler. A relação entre os “eus” se modifica naquele espaço de tempo, constitui-se uma nova dinâmica, mas não novos sujeitos com agências diferenciadas. O jovem que chegou sozinho na praça e se incorporou ao movimento (e são inúmeros os relatos) possivelmente voltou sozinho para casa após alguns dias de ocupação, mas o retorno ao privado é o retorno do “eu” modificado, porque seguindo o pensamento de Butler o retorno ao privado é vivido como perda, como luto, que resulta em um ganho do eu renovado.

No caso brasileiro não houve o momento da ocupação espacial e temporal que desse possibilidade de construção de um “eu” coletivo, mas da pulverização de “eus” buscando o reconhecimento individual da negação do político. Daí haver uma barreira para pensar ou se reconhecer no coletivo. A volta à casa após poucas horas de manifestação “solitária” não é vivida como perda, como luto capaz de transformar cada “eu”.

Seguindo Hegel, Butler chama atenção para o fato que ao reconhecermos estamos compelidos a ser reconhecidos, o que coloca as identidades em relação e não como identidades separadas. Para a filósofa reconhecer a humanidade do outro modifica nossa humanidade. Quando nós reconhecemos a vulnerabilidade do outro, isto é sua humanidade, estamos reconhecendo a nossa própria vulnerabilidade como humanos. Reconhecer ou lutar por reconhecimento é um ato de transformar-se. Na medida que eu sou reconhecido não sou mais o eu anterior, pois sou o eu reconhecido. Da mesma forma acontece com quem reconhece. Esta maneira de entender o reconhecimento é muito distinta das teses de Fraser e Honneth e acrescenta um questão não discutida pelos autores anteriores, que se poderia chamar de uma dialética do reconhecimento, que envolve a transformação do outro que reconhece, que pode se auto reconhecer como ameaçado pela necessidade de reconhecer aquele que interrompe sua ilusão de completude. Quando uma classe ou grupo que se sentia plenamente seguro em seus privilégios é ameaçado pela necessidade (criada pelas condições históricas e de lutas)

de reconhecimento do outro há possibilidades de reações conservadoras, racistas, homofóbicas. Quando não mais só os brancos podem chegar às universidades, ou quando não só as famílias heterossexuais são reconhecidas legalmente, brancos heterossexuais tendem a reagir negativamente. Tais circunstâncias dão a medida da complexidade dos processos de reconhecimento.

Para os propósitos deste artigo, não avançarei na questão filosófica psicanalítica que embasa a questão da vulnerabilidade, tomarei outro rumo e me fixarei no último livro de Butler escrito em forma de diálogo com Athena Athanasiou (2013) onde discutem a noção de reconhecimento incorporando a dimensão política e de poder. É mister chamar a atenção para o fato de que está é uma dimensão fundamental que está ausente nas teses de Fraser e Honneth. Na medida em que pensam reconhecimento como libertação, no que pese não problematizarem o conflito (ele aparece apenas na obra de Honneth como uma condição presumida do desrespeito), a dimensão das relações de poder estariam restringidas ao não reconhecimento ou ao falso reconhecimento.

Athanasiou introduz a noção de astúcia do reconhecimento no que concerne o reconhecimento legal, institucional e discursivo que reproduz as desigualdades dos regimes nacionais liberais. (2013,p.75.). Sua questão é de como se sobrevive a este tipo de reconhecimento, o desafiando ao mesmo tempo. Butler responde com a questão levantada por Gayatri Spivak sobre “coisas que nós não podemos não querer. O exemplo que oferece é o da mulher que recorre ao aparato legal quando é estuprada.

Independente do Estado liberal e até sexista, da exploração da mulher no trabalho, etc, as mulheres não podem não aceitar uma lei, deste mesmo estado, que lhes protege contra o estupro.

Segundo ela isto nos coloca frente ao que não podemos não querer, pois a lei que reconhece o crime de estupro é fundamental. O diálogo entre Butler e Athanasius aponta para questões da luta política que abrem caminhos para a análise das manifestações de 2013. A primeira questão se refere a presença do outro, aquele que reconhece. Não se trata de uma perspectiva voluntarista, o reconhecimento é

resultado de luta. Esta é uma ausência na teoria de Fraser o que deixa um vácuo na sua tese sobre a paridade de participação.

É razoável pensar que a luta por reconhecimento é um jogo de soma zero, onde o ato de reconhecer torna o reconhecedor menos poderoso e o reconhecido empoderado. Na medida em que milhares de pessoas saem as ruas em manifestações, fecham avenidas, transformam o cotidiano das grandes cidades, elas provocam um tipo de reconhecimento (não necessariamente o que buscam) por parte do Estado (aparato policial, poder executivo).

Athanasiou mesmo concordando com Butler, pergunta: “ Como a teoria sobre a luta por reconhecimento necessita ser reformulada para envolver as relações de poder que equalizam elegibilidade por reconhecimento com as normas que determinam a viabilidade da subjetividade humana?” (2013,p.78.) Argumenta que as teorias do reconhecimento partem de um agente pré-existente, que luta por reconhecimento não tomando em conta as relações de poder que estão envolvidas nestes sujeitos. Seu questionamento é no sentido de se perguntar como o sujeito que necessita aceitar o que não pode deixar de aceitar” isto é o ordenamento liberal da sociedade pode se manter abertos para futuras rearticulações. Athanasiou radicaliza uma questão nunca aprofundada por Fraser ou Honneth, que é a do enfrentamento com o ordenamento de poder da sociedade. Na verdade, a antropóloga grega está se perguntando como se sai de um momento para o outro. E segue seu raciocínio agregando outra questão ausente nos debates sobre reconhecimento que é a presença do estado como o grande ente reconhecedor. Novamente se pergunta como o novo acontece frente a este poder.

Nas manifestações de 2013 no Brasil havia uma polícia militarizada, violenta e mal treinada para atuar em grandes massas, o que resultou em um confronto entre a força policial e alguns manifestantes, onde nenhum lado encontrou no outro o limite ( “o que não podemos não aceitar”). Estes manifestantes foram “reconhecidos” pela mídia e pelas autoridades estatais como vândalo em contraposição a um manifestante legítimo, que desaparecia quando a violência começava, porque estava apenas querendo que fosse reconhecido o seu direito de se manifestar, completamente reconhecido pelo Estado e pela grande mídia que acompanhava as manifestações. De forma distinta, o Estado não pode reconhecer aquele que não o reconhece como

autoridade, porque este é um dos princípios primordiais de sua própria existência. Aquele que teoricamente detém o monopólio da violência não pode reconhecer, pelo menos pública e legitimamente, a violência fora dele.

De que forma deve-se pensar em uma luta por reconhecimento que parta da luta para reconhecer a existência de um grupo que não aceita, não poder deixar de aceitar? Este pode ser tanto uma manifestação anarquista ou um momento revolucionário ou até mesmo uma ação criminal. Athanasius avança nesta perspectiva:

“Eu concordo que reconhecimento tem de ser ele mesmo transformador, mesmo auto destrutor, força. Eu também penso que esta questão apresenta um espaço de trabalho para a esquerda política e movimentos sociais nas nossas condições contemporâneas, que necessitam considerar como somar reconhecimento, sem perpetuar e intensificar os termos estabelecidos de reconhecibilidade que eles buscam oporem-se.” (2013. p 88.)

A guisa de conclusão

Seria possível criticar este artigo apontando para o fato de que comparou propostas teóricas não comparáveis. Que o reconhecimento de que falam Frase e Honneth não parte das mesmas premissas epistemológicas de Butler. A crítica é sempre possível, mas a defesa também o é. Há um princípio articulador nestes três autores que me permite a comparação: todos estão preocupados com superação das atuais formas de dominação, todos estão focados em sujeitos contemporâneos e em crise, todos os três tem a luta reconhecimento como central na superação ( ou desconstrução ) do modo capitalista de dominação.

Propositalmente usei os três autores para buscar ferramentas para analisar um evento que não foi nem no Brasil, nem em suas variantes no resto do mundo voltados sempre para a libertação, justiça, igualdade, paridade. Mas no caso do Brasil (e penso que provavelmente em muito outros) a questão do reconhecimento era muito articuladora, mas nem sempre de posturas de luta, de conteúdos de reconhecimento de identidades equivalentes. E neste sentido os três autores aqui estudados têm contribuições para se

pensar este novo tipo de ação pública. Há um crescendo de possibilidades de análise a partir dos autores, que começa tímida com Fraser, tem mais protagonismo com Honneth e chega aos textos inquiridores de Butler, que na minha hipótese é a que melhor pode instrumentalizar a análise a partir da noção de reconhecimento.

A guisa de conclusão gostaria de recuperar os principais pontos discutidos ao longo do texto, tendo como referência as manifestações de 2013. Estes eventos foram muito particulares porque não caracterizaram uma ideologia, uma luta específica, um tipo de categoria profissional, nem mesmo um objetivo. Apareceram como grande manifestações públicas convocadas primordialmente pelas redes sociais e desapareceram deixando como herança a força que mostraram parando cidades, o que foi recuperado com grande frequência por grupos organizados, sindicatos, trabalhadores em luta com os sindicatos, moradores descontentes com as condições das ruas que passam pelos seus bairros, movimento dos trabalhadores sem teto, usuários do transporte público. Estes todos são sujeitos organizados com pautas claras. A massa fragmentada nunca mais voltou às ruas, algumas tentativas de convocá-las resultaram em poucas centenas de pessoas. Durante as manifestações tinham apenas uma luta comum, queriam ser reconhecidos como não políticos, como diferentes dos políticos. Eram apenas indivíduos e insistiam muito nesta condição. Fraser deixa fora de sua análise os não organizados, que não tem senso político, por isto como afirmamos ao longo do texto sua teoria dualista pode explicar as lutas específicas que aconteceram dentro das manifestações, mas deixa pairando no ar a grande maioria que foi para as ruas. Honneth com sua percepção do auto reconhecimento e de suas três esferas de luta por reconhecimento dá guarida aos deixados de fora por Fraser. Não é difícil identificar nos manifestantes busca por reconhecimento legal (contra a corrupção não condenada, por melhores serviços públicos) e até por estima quando médicos, por exemplo, se sentiram desrespeitados por programas de medicina popular.

No entanto os dois teóricos têm o telos da libertação em suas teses. O crítico de Honneth, Bader aponta com muita clareza para a dificuldade de aceitar todas as queixas de falso reconhecimento como justas. Isto é particularmente interessante quando percebemos que nas manifestações de junho de 2013 no Brasil enquanto um

pedia mais segurança, outro saqueava lojas e quebrava portas de bancos. Enquanto a maioria se dizia contra a política, grupos organizados lutavam por democracia direita. Enquanto uns se enrolavam na bandeira nacional e cantavam o hino do país, outros declaravam-se anarquistas. Quando a grande maioria dizia eles não nos representam não estavam pedindo por reformas para serem mais representados. Há na verdade uma luta por reconhecimento nestas manifestações? Diria que sim e mais, diria que não há nada além de uma luta por reconhecimento, mas de indivíduos fragmentados, individualizados e sem uma perspectiva política única, ou melhor, sem objetivos políticos. Lutaram por ser reconhecidos como sujeitos fora do campo político, como a negação do campo, fossem eles de que coloração política fosse.

As manifestações de junho de 2013 resultaram em um momento aparentemente contraditório, pois enquanto as massas se moviam pelas avenidas das grandes cidades, não construía um sentido de coletivo, não havia objetivos que unisse os indivíduos, conquistas pelas quais lutar, inimigo comum contra o qual se unir. Foi o domínio da fragmentação. Os grupos minoritário organizados foram praticamente expulsos das ruas ou por temor de serem confundidos com seus contrários, como foi o caso do MPL, ou pela revolta dos partidários caso dos militantes partidários. Restou a massa lutando por ser reconhecida como não política, não partidária. Quais as consequências destas manifestações pensando a partir da perspectiva de lutas por reconhecimento? As possibilidades estão abertas, três parecem mais prováveis: a continuidade da dispersão e a confluência de demandas legítimas e ilegítimas por reconhecimento; a possibilidade de lutas por reconhecimento a partir de coalizões abertas mais ou menos estruturadas conforme o momento na perspectiva dada por Butler; a continuidade e mesmo reforço de grupo organizados, já reconhecidos como tal, como diria Honneth, que tiveram grande visibilidade durante junho de 2013.



## Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis.(1971) *Lenin and Philosophy*. London: New Left Review Editions.
- ARATRO, Andrews & COHEN, Jean. (1992) *Civil Society and the Political Theory*. Cambridge: MIT Press.
- BADER, Veit. (2007) *Misrecognition, Power, and Democracy*. In: Van DEN BRINK, Bert & OWEN, David. *Recognition and Power. Axel Honneth and the Tradition of Critical Social Theory*. New York: Cambridge University Press.
- BUTLER, Judith. & ATHANASIOU, Athena. (2 013) *Dispossession: The Performative in the Political*. Cambridge: Polity.
- BUTLER, Judith. (2012) *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BUTLER, Judith. (2012) *Speaking Up, Talking Back: Joan Scott's Critical Feminism*. In BUTLER, Judith & WEED, Elizabeth (ed) *The question of Gender, Joan W Scott's Critical Feminism*. Bloomington:Indiana University Press,
- BUTLER, Judith. (2004) *Precarious Life*. London:Verso.
- CASTELLS, Manuel. (2012) *Networks of Outrage and Hope*. London: Polity.
- COSTA, Sergio. (2002) *As Cores de Ercília*. Belo horizonte: Ed UFMG
- DAGNINO, Evelina.(org) (2002) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- FRASER, Nancy. (1997) *Justice Interruptus Critical reflections on the "possocialist" condition*. New York: Routledge.
- FRASER, Nancy. & HONNETH, Axel. (2003) *Redistribution our Recognition?* London:Verso.
- GARRETT, Paul Michael.(2010) Recognizing the Limitations of the Political Theory of Recognition: Axel Honneth, Nancy Fraser and Social Work *British Journal of Social Work*, Vol. 40(5), pp.1517-1533
- 
- GOHN, Maria da Gloria. (1997) *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Ed Loyola.

GOHN, Maria da Gloria. (2008) *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Ed Loyola.

GRUESO, Delfín Ignacio.(2012) *Teoría crítica, justicia y metafilosofía la validación de la filosofía política en Nancy Fraser y Axel Honneth*  
Eidos: Revista de Filosofía, 2012, Issue 16

IBÁÑEZ, Franklin. (2010) *Nancy Fraser: Escalas de Justicia*  
Areté : Revista de Filosofía, Vol.22(2)

LACLAU, E. & MOUFFE. (1985) Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy*.  
London:Verso.

MATOS, Patrícia.(2004) *O reconhecimento, entre a justiça e a identidade*  
*Recognition, between justice and identity*. Lua Nova : Revista de Cultura e Política,  
(63).

MELO, Marcos & PEREIRA, Carlos. (2013) *Making Brasil Work Checking the President in a Multiparty System*. New York: Palgrave Macmillan.

MELUCCI, Alberto. ( 2001 ) *A Invenção do Presente*. Petrópolis: Vozes.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino.(2012) *Democracia e desigualdade – as contribuições a teoria do reconhecimento*. Revista Brasileira de ciência Política, n.9,  
Brasília ,pp 119-146.

MENDONÇA Ricardo Fabrino. (2011) *Reconhecimento e (qual?) deliberação*.  
Opinião Pública, Vol.17(1), p.206

MENDONÇA, Ricardo Fabrino (2011)  
*Recognition and Social Esteem: A Case Study of the Struggles of People Affected by Leprosy*.  
Political Studies, Vol.59(4), pp.940-958

PINTO, Céli Regina Jardim.(2008) *Nota sobre a Controvérsia Fraser-Honneth*  
*informada pelo cenário brasileiro*. Lua Nova. n.74 35-93

Revista Carta Capital. 8/08/2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. (1993) *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo:

Loyola.SWANSON, Jacinda (2005) *Recognition and Redistribution Rethinking*  
*Culture and the Economic*. Theory, Culture & Society. Vol. 22 (4): 87-118

YOUNG, Iris (1989) *A Critique of the ideal of Universal Citizenship* Ethics Vol 99 n2. p. 250-274.

ZURN Christopher. (2003)*Identity or Status? Struggles over 'Recognition'in Fraser, Honneth and Taylor*.  
Constellations, vol10. N.4.

Sites usados ou citados

www.labic.net

[www.planalto.gov.br/imprensa/discursos](http://www.planalto.gov.br/imprensa/discursos) Acessado em 20/11/2013

<http://saopaulo.mpl.org.br>

www.g1.globo.com Acessado em 18/9/2013.